

6 | Política



CENÁRIO POLÍTICO

Márcio Reinheimer
marcio@jornalibia.com.br
(51) 981695392



Veredores prestam homenagens

A vereadora Rose Almeida (PSB) propôs e a Câmara deve aprovar, por unanimidade, a concessão de um diploma de Honra ao Mérito Legislativo ao professor Cilon Renato Orth. Ex-treinador da equipe de vôlei da Frangosul, ajudou a divulgar a cidade e o esporte local em todo o país e até no exterior. Quinta-feira, por iniciativa do peemedebista Felipe Kinn da Silva, homenagem semelhante foi aprovada para o montenegrino Luis Tadeu dos Santos, o "Tadeu Bauru", craque da equipe vencedora da Internacional na década de 70.



CPI em perigo

A postura antidemocrática do vereador Talis Ferreira (PR), ao vetar a participação da imprensa nas reuniões do CPI do Loteamento Bela Vista, coloca em risco a própria investigação que ele tanto defendeu e preside. Na quinta-feira, Josi Paz (PSB) e Juarez da Silva (PTB), por não concordarem com a falta de transparência, resolveram deixar o grupo. Eles já tinham avisado que o fariam caso sua excelência não revisse a posição adotada sem qualquer consulta prévia aos colegas. Assim, a CPI, que deveria funcionar com cinco membros, passou a ter apenas três: Talis, Rose Almeida (PSB) e Valdeci de Castro (PSB). Há dúvidas sobre a legalidade de



Sem diálogo - Ao deixar a CPI, Josi e Juarez foram acusados por alguns (poucos) apoiadores do presidente de estarem inviabilizando o inquérito. Eles alegam, porém, que não se trata disso. "Não faz parte da minha trajetória resolver as coisas a portas fechadas", declarou Josi. Juarez ressaltou que estava disposto a contribuir com a investigação, mas que não pode abrir mão do princípio da transparência. Segundo os dois, se alguém está travando os trabalhos é Talis Ferreira, que quer impor a sua opinião e não busca o diálogo e o entendimento com os colegas.

Nova chamada - Num primeiro momento, a "bomba" deve explodir no colo do presidente da Câmara, Neri de Mello Pena (PTB). Esta semana, ele fará um chamado às bancadas para que indiquem novos componentes à formação da CPI. Difícilmente terá êxito. PMDB, PDT e PP, que somam quatro cadeiras, já haviam manifestado seu desejo de ficar de fora. Tanto que havia três representantes de uma mesma legenda, o PSB, na composição. Se a CPI não puder funcionar com três pessoas, corre o risco de ser extinta. Tudo pela timidez e arrogância de um só vereador.

Pulso firme - Dos dez vereadores, pelo menos quatro já manifestaram publicamente a sua contrariedade à forma como Talis Ferreira tenta conduzir a CPI do Loteamento Bela Vista. Além de Josi Paz e Juarez da Silva, também Cristiano Braatz (PMDB) e Joel Kerber (PP) defendem a abertura dos trabalhos à imprensa. É provável que, nos próximos dias, eles peçam ao presidente da Câmara, Neri Pena, que interfira no assunto. Em outras legislaturas, situações deste tipo já teriam motivado providências de quem realmente manda.

Ameaça - Após as críticas publicadas nesta coluna, o vereador Talis Ferreira foi à Delegacia de Polícia de Pronto-atendimento registrar um Boletim de Ocorrência por calúnia e difamação contra este colunista e contra o Jornal Ibiá. Não foi o primeiro BO dele pelos mesmos motivos, segundo se apurou depois. Trata-se, obviamente, de uma tentativa de condicionar e neutralizar um trabalho que só incomoda àqueles que não sabem o verdadeiro significado da palavra "transparência". É ainda mais grave quando o ataque parte de alguém que se diz "repórter".

O Jornal Ibiá e o responsável por esta coluna reafirmam seu compromisso de jogar luz sobre os bastidores da política local. Como ocorre há 12 anos, seguiremos fazendo uma apreciação crítica do trabalho - ou da falta de - daqueles que a sociedade elegeu para representá-la e que são muito bem pagos para isso. Com ou sem Boletins de Ocorrência na Polícia.



Sucumbindo à razão

Na quinta-feira, a oposição impôs ao governo Aldana sua primeira grande derrota neste segundo mandato. Por seis votos a três, foi rejeitado na Câmara o projeto de lei que garantia um plus ao salário dos advogados da Prefeitura, que passariam a receber os chamados honorários de sucumbência. Para que o leitor entenda, o final de um processo judicial, o juiz condena a parte perdedora (sucumbente) a pagar determinada quantia em dinheiro ao advogado da parte vencedora, como forma de premiar o trabalho daquele profissional. Hoje, esse recurso fica nos cofres públicos.

Mudança de rumo - Durante a semana, na Comissão Geral de Pareceres, a matéria havia sido aprovada, mas a maioria dos vereadores sucumbiu à razão. Provavelmente porque se deram conta de duas coisas: 1 - Os processos que a Prefeitura vence, na maioria dos casos, são de cobranças de dívidas. Logo, os honorários de sucumbência são pagos pelos contribuintes. Se o dinheiro ficar com o Município, ele beneficiará diretamente todos os montenegrinos; 2 - os advogados da Prefeitura já recebem um bom salário para defender os interesses públicos. E, ao contrário dos colegas que atuam de forma autônoma, têm um ganho assegurado mesmo que percam as ações.

Fidelidade - Durante a votação, o que mais chamou a atenção foi a postura da vereadora Josi Paz. Integrante da bancada governista, ela votou contra o projeto de lei, que acabou rejeitado por seis a três. Somente Talis Ferreira, Rose Almeida e Valdeci de Castro ficaram a favor. Na Administração, o clima esquentou. Dizem que Josi indicou cerca de 10 pessoas para ocupar uma série de cargos e que se não rezar pela cartilha do prefeito, algumas delas irão para a fila do Sine.

Flores e frutos políticos

Na sessão de quinta-feira, por iniciativa do vereador ~~...~~ (PMDB) a Câmara aprovou projetos de lei dando nome de flores a algumas ruas do Loteamento Altos do Cantegril. A matéria só não passou por unanimidade porque Talis Ferreira (PR) foi contra. Segundo ele, existem muitos montenegrinos já falecidos que mereceriam esta homenagem. Até agora, porém, ele não apresentou nenhuma sugestão.

Oportunismo - O batizado de ruas pela Câmara sempre foi um tema polêmico. Em geral, suas excelências fazem "mídia" com familiares dos falecidos quando propõem seus nomes para identificar um logradouro. Uma prática caracterizada pelo oportunismo. Neste cenário, Cristiano apresenta algo diferente.

Decisão popular - A definição do nome de uma rua não deveria ser um movimento político, mas uma decisão que represente o legítimo desejo da comunidade. Quando um novo loteamento é criado, os próprios moradores de cada via poderiam se reunir e propor alternativas. E depois, por questões legais, pedir que a Câmara transforme seu desejo em lei.

Rapidinhas

* O fim de semana foi de articulações na Política. Prefeito Aldana prepara novas (SIM!!!!) mudanças no secretariado. O time dos BREGA (Beto, Robalo, Evandro, Gilson e Aloy) recuperou a bola do jogo.

* Pessoas que acompanham os bastidores do governo garantem que a proposta de redução do número de secretarias será engavetada. E que, apesar da crise, todas voltarão a ter seus titulares.

* Anotem aí: colocaram o nome do polivalente secretário Mano Endres na "boca do sapo".